



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 3ª VARA DO
TRABALHO DE CAMPINA GRANDE**

Equipe de Correição: Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque (Juíza Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Aryoswaldo José Brito Espínola, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Ozanete Gondim Guedes Pereira, Silvana Marsicano Franca e Vinicius Gomes Mota.

Jurisdição	Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandaíra, Amparo, Arara, Areial, Aroeiras, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Campina Grande, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Cubati, Cuité, Damião, Esperanca, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Gurjão, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Juazeirinho, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Mogeiro, Montadas, Monteiro, Natuba, Nova Floresta, Nova Palmeira, Olivedos, Ouro Velho, Parari, Pedra Lavrada, Picuí, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Riachão do Bacamarte, Riacho de Santo Antônio, Santa Cecília, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião de Lagoa de Roca, Sao Sebastiao do Umbuzeiro, São Vicente do Serido, Serra Branca, Serra Redonda, Soledade, Sossego, Sumé, Umbuzeiro, Zabelê
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11/06/1992
Data de instalação	30/4/1993
Data da última correição	4 de outubro de 2023
Período de correicionado	1º/9/2023 a 30/6/2024



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aos 10 de julho de 2024, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **HERMINEGILDA LEITE MACHADO**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 014/2024, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada da Juíza Auxiliar da Corregedoria, Larissa Leônia Bezerra de Andrade Albuquerque, da Secretária da Corregedoria, Ozanete Gondim Guedes Pereira, pelos servidores Aryoswaldo José Brito Espínola e Vinicius Gomes Mota foram recebidos pelo pelo Juiz substituto fixo, Alexandre Amaro Pereira, pela Juíza substituta, Ana Paula de Carvalho Scolari, pelo Diretor de Secretaria, Jerônimo José dos Santos Neto e demais servidores lotados na Unidade Judiciária.

Registre-se que o Juiz titular, Adriano Mesquita Dantas, encontra-se em gozo de férias regulamentares no período de 1º a 24 de julho de 2024.

Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/9/2023 a 30/6/2024 (10 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz	Titularidade na Unidade
Adriano Mesquita Dantas	1º/6/2021 - Ato TRT SGP nº 100/2021

Registre-se que o Juiz titular, Adriano Mesquita Dantas, esteve afastado da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidade correccionada para atuar, exclusivamente, como Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do 1ª Grau, no período compreendido entre 1º/7/2023 a 30 de Junho de 2024 (Ato TRT SGP nº 088/2023), onde permaneceu afastado por todo período correccionado, retomando suas atividades jurisdicionais, na 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande, a partir do dia 1º de julho do corrente ano.

1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Alexandre Amaro Pereira	31/1/2022 - Ato TRT SCR nº. 01/2022

A Juíza substituta, Ana Paula de Carvalho Scolari, foi designada para atuar na 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande, respondendo pelo acervo processual e pauta de audiências do Juiz titular, no período de 1º a 7 de julho de 2024, consoante Ato TRT SCR nº 051/2024.

1.2 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado titular, do Magistrado substituto e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande conta, atualmente, com **12** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Alessandra Duarte Pinto de Sousa	Secretario de Audiencia	3/11/2004
Breno Jose Cajueiro Vasconcelos	Técnico Judiciário – Secretario de Audiencia	13/1/2019
Carlos Jose dos Santos	Técnico Judiciário – Calculista	28/4/1993
Claudiane Pereira Pena	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	30/4/2014



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fernanda Farias Wanderley	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	1º/1/2014
Jackson da Silva Nascimento	Técnico Judiciário – Calculista	5/2/2017
Jeronimo Jose dos Santos Neto	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	1º/6/2021
Jose Orlando de Assis Pires	Técnico Judiciário – Assistente III	9/6/2021
Juliano dos Santos Neri	Técnico Judiciário – Assistente III	10/7/2023
Lucia de Fatima Campos	Técnico Judiciário – Assistente III	11/12/1990
Marcelo Cavalcante Arruda	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	28/4/1993
Normando Primo Bitu	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	6/3/2023

Segundo informações fornecidas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade organiza suas tarefas por faixa processual no sistema PJe. Além disso, foi mencionado que a Vara utiliza a ferramenta eletrônica WIKI-VT de maneira esporádica, para verificar o fluxo processual, quando necessário. Por último, destacou que implementam a adoção de boas práticas, como a política contínua de fomento à conciliação, realizada semanalmente em processos favoráveis, tais como: razões finais após encerramento da perícia; ações com saneamento eventual em audiência; prazo recursal cumprido com depósito nos autos; processos retornados da segunda instância com sentença líquida e depósito recursal; após homologação dos cálculos; pedido de execução provisória; execuções inferiores a R\$10.000,00; bloqueio Sisbajud de valores expressivos; processos com pedido de IDJP; processos com pedido de homologação de transação entre as partes ou parcelamento da execução. Além disso, adotam pautões de audiências com os principais litigantes para agilizar a prestação jurisdicional e reduzir o prazo médio da fase de conhecimento. Utilizam diariamente o PJe-Gestão, explorando as funcionalidades do GIGs e dos chips para controle de prazos e cadastro de tarefas, otimizando e acompanhando suas rotinas.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

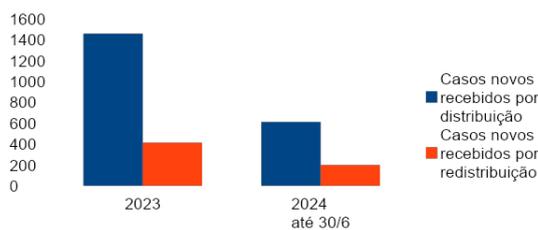
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande contabilizava, em 30/6/2024, um acervo processual de 1.400 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	690
Fase de Liquidação	166
Fase de execução	540
Cartas precatórias e de ordem	4
TOTAL	1400

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2023	2024 até 30/6
Casos novos recebidos por distribuição	1456	612
Casos novos recebidos por redistribuição	413	199
TOTAL	1869	811



No período correicionado, houve registro de oito processos recebidos com sentença anulada, pela instância superior, abaixo relacionados.

Sentenças anuladas
0000631-26.2023.5.13.0009
0000718-16.2022.5.13.0009
0000802-80.2023.5.13.0009
0000321-20.2023.5.13.0009
0000680-67.2023.5.13.0009



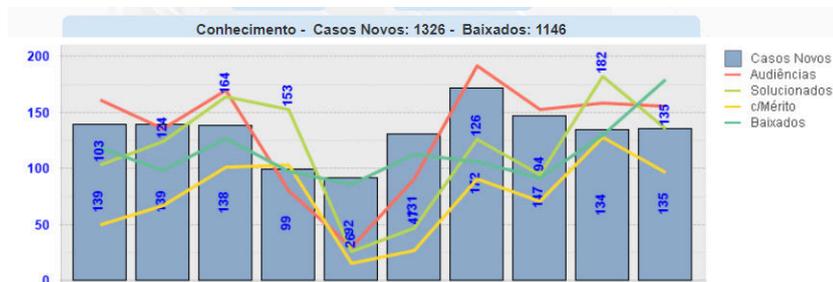
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000950-91.2023.5.13.0009

0000801-80.2023.5.13.0014

0001328-47.2023.5.13.0009

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (setembro/23 a junho/2024).

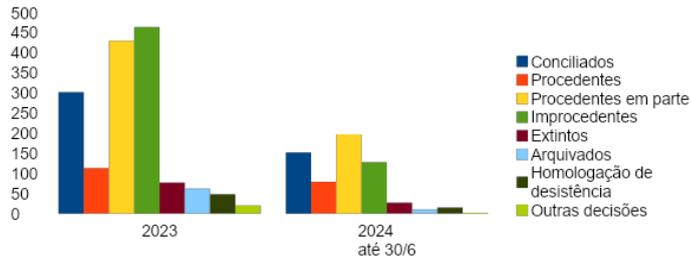


2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 30/6
Conciliados	302	152
Procedentes	113	79
Procedentes em parte	430	197
Improcedentes	464	128
Extintos	77	27
Arquivados	62	10
Homologação de desistência	48	15
Outras decisões	20	2
TOTAL	1516	610



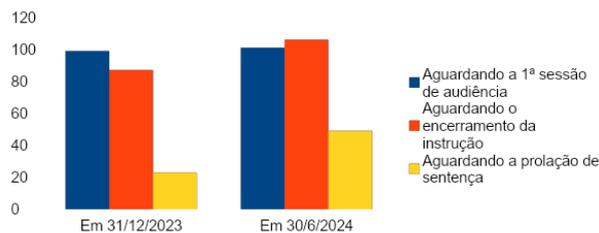
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2.3 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2023	Em 30/6/2024
Aguardando a 1ª sessão de audiência	99	101
Aguardando o encerramento da instrução	87	106
Aguardando a prolação de sentença	23	49
TOTAL	209	256



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2023	2024 até 30/6	Variação (%)
Fase de conhecimento	858	690	-19,58%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de liquidação	187	166	-11,23%
Fase de execução	462	540	16,88%

Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	1	4	0	16	10
Conciliação em conhecimento	6	17	18	33	22
Conciliação em Execução	2	10	8	7	9
Una	152	372	193	134	66
Instrução	18	30	41	18	4

De acordo com informações fornecidas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a quinta-feira. Às sextas-feiras, ocorrem eventualmente audiências, priorizando pautas de conciliação.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de Campina Grande (Fonte: Hórus)-

MÊS	1ª VTCG	2ª VTCG	3ª VTCG	4ª VTCG	5ª VTCG	6ª VTCG	7ª VTCG	Média (excluída a unidade correicionada)
9/23	168	191	161	144	170	169	245	181,16
10/23	132	137	135	161	146	133	219	154,66
11/12	142	219	170	158	166	140	221	174,33
12/23	100	118	80	143	132	99	157	124,83
01/24	42	51	30	137	23	68	38	59,83
02/24	111	120	91	211	90	148	142	137



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MÊS	1ª VTCG	2ª VTCG	3ª VTCG	4ª VTCG	5ª VTCG	6ª VTCG	7ª VTCG	Média (excluída a unidade correicionada)
9/23	168	191	161	144	170	169	245	181,16
03/24	100	141	192	195	129	125	91	129,83
04/24	149	201	153	306	219	200	193	211
05/24	208	228	158	183	162	163	216	193,33
06/24	111	146	155	187	143	129	87	133,83
TOTAL	1263	1552	1327	1825	1379	1374	1609	1499,8

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2023	2024 até 30/6
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	29	42
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	52	36
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	74	71
Da conclusão à prolação da sentença	14	16
Do ajuizamento até a prolação da sentença	80	83

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2023	2024 até 30/6
Embargos de declaração	Recebidos	193	128
	Baixados	176	132
	Pendentes	20	15
Tutela Provisórias	Recebidos	104	68
	Apreciadas	91	72
	Pendentes	3	2
Liquidação/ Execução	Recebidos	24	14
	Baixados	19	10
	Pendentes	3	2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/9/2023 a 30/6/2024			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	689	655	36
Recurso adesivo	50	48	3
Agravo de petição	57	52	6
Total	796	755	45

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2023**: **76** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **94** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **84** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **30/6** é de **74** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **103** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **88** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **80** dias, para o ano base de **2023** e de **83** dias, relativo a este ano de **2024**, até **30 de junho**. Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2023**, foi de **940** dias, e de **449** dias, referente ao exercício atual até o dia **30 de junho**.

8. NÚMERO DE PROCESSOS NA FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 30/6
Execuções pendentes	498	7
Execuções iniciadas	296	269
Desarquivados	92	7
Recebidos de outros Órgãos	-	3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	377	198
Remetidos a outros Órgãos	2	-
Processos arquivados provisoriamente	3	-

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (setembro/23 a junho/2024).



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 30/6
Acordo	PJe	R\$ 6.953.332,88	R\$ 3.562.103,77
Espontâneo	PJe	R\$ 5.432.918,80	R\$ 3.058.414,09
Execução	PJe	R\$ 4.528.548,08	R\$ 2.345.422,42
TOTAL		R\$ 16.914.799,76	R\$ 8.965.940,28

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 30/6
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 308.908,51	R\$ 202.037,57
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 2.200.050,19	R\$ 1.042.915,21
Imposto de renda	PJe	R\$ 189.336,72	R\$ 87.737,48
TOTAL		R\$ 3.159.077,91	R\$ 1.338.990,29

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/9/2023 a 30/6/2024		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	754
INFOJUD	PJe	109
SIMBA	PJe	64
INFOSEG	PJe	88
RENAJUD	PJe	258
BNDT	Pendentes (PJe)	45
	Incluídos (PJe)	136

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	97,09%
Unidade Correicionada	101,71%

Meta 1/2024 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	92,03%
Unidade Correicionada	89,03%

Para efeito de controle da **Meta 1/2024**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **612** casos novos (por distribuição) e **592** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de R\$ 89,03%.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023 pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,38 da Meta 2
	99,86% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	107,53% da Meta
	100% dos processos distribuídos até até 31/12/2021

Meta 2/2024 – Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,03% da Meta 2
	99,53% dos processos distribuídos até 31/12/2022
Unidade Correicionada	106,66% da Meta 2
	99,19% dos processos distribuídos até 31/12/2022

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,14% da Meta 3
	34,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	61,15% da Meta 3
	24,46% de índice de conciliação

Meta 3/2024 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2021/2022, em 0,5 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38%	
Unidades de primeiro grau do TRT	114,08% da Meta 3
	42,63% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	85,84% da Meta 3
	32,08% de índice de conciliação

Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidades de primeiro grau do TRT	112,88%
Unidade Correicionada	142,76%

Meta 5/2024 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	57,11%
Unidade Correicionada	62,88%

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2024-01	86	23	402	274	82,38	92,26	86,11	
2024-02	113	30	399	276	66,72	83,89	72,82	
2024-03	106	25	424	280	58,16	78,21	64,77	
2024-04	92	40	444	278	52,79	70,20	58,37	
2024-05	130	42	422	305	44,47	65,59	51,41	
2024-06	179	33	352	351	33,27	64,52	43,88	

JUÍZES

12. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

Juiz Titular

ADRIANO MESQUITA DANTAS			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOPje	22/1/2024 a 5/2/2024	15
Férias	SAOPje	6/5/2024 a 8/5/2024	3
Férias	SAOPje	13/5/2024 a 13/ 5/2024	1

Registre-se que o afastamento da jurisdição do Juiz titular ocorreu durante o período em que designado para atuar como Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do 1º Grau, entre 1º de julho de 2023 e 30 de junho de 2024, conforme estabelecido pelo Ato TRT SGP nº 088/2023.

12.1 Juiz Substituto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ALEXANDRE AMARO PEREIRA			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Capacitação	SAOPje	22/11/2023 a 25/11/2023	4
Férias	SAOPje	30/11/2023 a 19/12/2023	20
Licença saúde	SAOPje	5/2/2024 a 24/2/2024	20
Férias	SAOPje	1º/4/2024 a 20/4/2024	20

12.2 Audiências realizadas (1º/9/2023 a 30/6/2024) (Fonte: Hórus)

	Una	Enc. Inst/ Inq. test	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Alexandre Amaro Pereira	450	7	81	-	67	57	662
Mariana Petit H. de Brito	1	-	-	-	8	4	13
Ana Paula de C. Scolari	417	2	27	-	16	19	481
Rafaela Q. de Sá E Benevides	51	2	3	-	4	12	72

12.3 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação Execução	Total
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	12	7	-	19
Mariana Petit Horácio de Brito	-	9	-	9
Alexandre Amaro Pereira	103	57	8	168
Adriano Mesquita Dantas	1	1	-	2
Ana Paula de Carvalho Scolari	80	54	5	139

13. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Aercio Pereira de Lima Filho	-	-	11	20	-	-	-	-	31
Alexandre Amaro Pereira	105	61	208	149	2	13	27	15	580
Ana Paula de Carvalho Scolari	89	47	128	81	5	7	20	12	389
Mariana Petit Horácio de Brito	13	-	-	-	-	-	-	-	13
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	8	13	29	39	-	3	5	1	98

No período correccionado, não houve produtividade do Juiz titular, especificamente em relação a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande, em face do seu afastamento para atuar no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do 1º Grau, entre 1º de julho de 2023 e 30 de junho de 2024. O Juiz substituto fixo, laborou 201 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,89 processos/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

13.2 Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	512
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	508
Homologação da Transação Extrajudicial	66
Embargos de Terceiro Cível	22
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	21
Ação Civil Coletiva	7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	512
Consignação em Pagamento	7
Ação de Cumprimento	3
Tutela Cautelar Antecedente	2
Petição	2
Ação Civil Pública Cível	1
Tutela Antecipada Antecedente	1
Produção Antecipada da Prova	1
Alvará Judicial - Lei 6858/80	1

14. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Adriano Mesquita Dantas	5	83,33%
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	37	88,1%
Ana Paula de Carvalho Scolari	111	64,53%
Alexandre Amaro Pereira	240	95,23%
Aercio Pereira de Lima Filho	3	27,27%

15. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrados	Total
Adriano Mesquita Dantas	32
Aercio Pereira de Lima Filho	31
Alexandre Amaro Pereira	579
Ana Paula de Carvalho Scolari	387
Mariana Petit Horácio de Brito	13
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	95

15.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 15 dias

Magistrado	Dias
------------	------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Alexandre Amaro Pereira	10
Ana Paula de Carvalho Scolari	17
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	33
Aercio Pereira de Lima Filho	11
Adriano Mesquita Dantas	54

16. DO OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2023 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2023, tendo o Juiz substituto da unidade correicionada enviado resposta no dia 30 de novembro, destacando que a Meta 1 do CNJ não foi alcançada devido às substituições dos juízes itinerantes e a designação do Juiz titular para atuar no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do 1º Grau. Quanto à Meta 3, ainda enfrenta dificuldades em sua consecução devido ao maior litigante na jurisdição de Campina Grande, Alparagatas, não realizar conciliações. Entretanto, a Unidade está empenhada em realizar os esforços necessários para melhorar e cumprir essas metas. O tempo médio de duração do processo nas fases de conhecimento e execução tem apresentado melhorias significativas, resultado das medidas adotadas na rotina dos servidores, como o uso de GIGS e o acompanhamento dos relatórios, que têm contribuído substancialmente para esses avanços. A Unidade tem mantido regularidade nos lançamentos dos pagamentos dos créditos trabalhistas, incluindo aqueles provenientes de acordos, bem como nos recolhimentos fiscais, previdenciários e das custas processuais. As sentenças estão sendo prolatadas de forma predominantemente líquida, procedimento valorizado pelos magistrados da Unidade. As tarefas no Sistema PJe são revisadas e acompanhadas pelos servidores, que são orientados a incorporar na rotina diária o cadastramento correto dos prazos processuais, evitando que sejam registrados como "prazo vencido" quando ainda estão em curso, uma situação que ocorreu em alguns processos. Quanto aos processos pendentes de BNDT, a Unidade realizará revisões mais frequentes utilizando o relatório extraído do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

SAOPJe. Por fim, o juízo reiterou seu compromisso com o bom desempenho e a eficiência da prestação jurisdicional, reconhecendo a necessidade de ajustes em várias questões. Além disso, observou uma melhoria no desempenho dos servidores em manter um nível de aperfeiçoamento nas atividades.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

17. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre setembro de 2023 e junho de 2024 - 10 meses:

Movimentação	Valor total
Devolução de valor ao ente público	R\$ 9.554,66
Pagamento ao advogado	R\$ 15.738,25
Pagamento em favor de perito	R\$ 2.378,12
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 76.323,05
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 33.374,20
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 2.434,78
Recolhimento de custas processuais	R\$ 3.539,74
Valor convertido em renda - União Federal	R\$ 112,98
Valor transferido para processo da Justiça Federal	R\$ 534.410,94
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	R\$ 758,25
Total	R\$ 678.624,97

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 004/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

18. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR nº 110/2023 destaca a importância de registrar, na ata de correição, a participação em cursos por parte de magistrados e servidores. Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024), no exercício anterior, registra-se a participação do Juiz titular, Adriano Mesquita Dantas, do Juiz substituto, Alexandre Amaro Pereira e da Juíza substituta, Ana Paula de Carvalho Scolari, em cursos de formação continuada, com duração mínima de 30 horas-aula por semestre, conforme estipulado no artigo 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011. Registra-se, ainda, a participação dos Juízes titular e substituto, em curso voltado para conciliação, mediação e efetividade da execução no exercício anterior, tanto na parte teórica quanto na prática.

Magistrados	Descrição - 1º e 2º semestres
ADRIANO MESQUITA DANTAS	<p>O impacto das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho nas relações laborativas - PROAD 1019/2023 - 15/fev - 3 h/a - EJUD13</p> <p>TRELLO Básico (MOODLE) - PROAD 585/2023 - 6 a 27/fevereiro - 10 h/a</p> <p>Seminário Internacional Direitos Constitucionais e Relações de Trabalho: Caminhos das Cortes Superiores para a Efetividade da Justiça Social - PROAD 1341.22</p> <p>Programa de Formação de Lideranças - Femininas Empodera TRT13 - PROAD 2021/2023 - 8/março - 4 h/a</p> <p>Introdução aos Direitos Humanos - PROAD 586/2023 - 13/fev. a 13/março - 20 h/a</p> <p>Seminários de Pesquisas Empíricas - Introdução à Pesquisa</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>Judiciária</p> <p>Discriminação Racial e Gênero - Raça e Gênero no sistema de Justiça - Julgamento com perspectiva de gênero - PROAD 1489/2023 - 28/março - 2,5 h/a</p> <p>2º Encontro de Gestão Estratégica dos órgãos do Poder Judiciário - Gestão de Processos</p> <p>Curso de Formação Continuada sobre Controle de Convencionalidade -P4166.23</p> <p>Reciclagem dos Conciliadores: Conciliar e Mediar na Justiça do Trabalho” (autoinstrucional) - PROAD 1787/2023 - 6/março a 24/abril - 40 h/a</p> <p>Democracia e Meio Ambiente do Trabalho</p> <p>Simpósio sobre Trabalho Seguro e Saúde Mental do Trabalhador - PROAD 3065/2023 - 28/ABRIL - 4 h/a</p> <p>Refletindo as responsabilidades frente a LGPD - Turma 1/2023 - (autoinstrucional) - PROAD 2607/2023 - 10/ABRIL a 2/MAIO - 15 h/a</p> <p>Refletindo as responsabilidades frente a LGPD - Turma 1/2023 - (autoinstrucional) - PROAD 2607/2023 - 10/ABRIL a 2/MAIO - 15 h/a</p> <p>Curso de Conciliação e Mediação - 14/4 a 26/05/23 (parte teórica)- Proad 8750/23</p> <p>Seminário de Pesquisas Empíricas Aplicadas a Políticas Judiciárias - Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos: características processuais</p> <p>Seminário Caminhos para a Efetividade da Execução Trabalhista</p> <p>Plataforma Digital - 02/06/2023 - 2h/a</p> <p>CFC sobre o Direito e o Processo do Trabalho nas Recuperações Judiciais e Falências - proad 6226/23</p> <p>Assédio Moral no Trabalho: Vamos falar sobre isso? - Turma 1/2023 - PROAD 4498</p> <p>Teoria da Interpretação: Por Trás das Decisões Judiciais - Turma 1/2023 - 08/05 a 19/06 - Proad 4488/23</p> <p>Seminário de Pesquisas Empíricas – Como fazer entrevistas em pesquisa empírica em direito?</p> <p>Técnicas Avançadas de Execução Trabalhista - PROAD 1437/2023 - 23/05 a 20/06/2023 - 27h/a</p> <p>APOSENTADORIAS E PENSÕES – A NOVA PREVIDÊNCIA - Atualizado de acordo com a PT/MTP nº 1.467, de 06/06/2022, com a Portaria ME nº 10.360, de 06/12/2022 e Acórdão TCU nº 2.611, de 30/11/2022. - PROAD 1518/2023 - 26 a 30/junho - 16 h/a</p>
--	--



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>CFC sobre o Trabalho nas plataformas digitais - 02/06 a 07/07/2023 - 10h/a</p> <p>Políticas de Estabilização - PROAD 7648/2023 - 27/08/2023 - 4h/a</p> <p>Curso de Formação Continuada sobre Sistemas para Pesquisa de Bens e Pessoas - 10/07 a 23/08 - 30h/a</p> <p>Seminário Internacional Trabalho Decente: Proposições para a construção de uma agenda de Infância e Erradicação do Trabalho Infantil</p> <p>Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a</p> <p>Curso de Formação Continuada sobre O Instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução Trabalhista - 07/08/2023 a 20/09/2023 - 30h/a</p> <p>Seminário Internacional Trabalho Plataformizado e a Preservação do Humanismo na Sociedade Digital - 05 e 06/set</p> <p>"Como fazer Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias - Justiça Pesquisa - Gratuidade e Acesso à Justiça" - 27/09/2023 - 2h/a</p> <p>Palestra Virtual Gestão das Emoções - 30/09/2023 - 2h/a</p> <p>Ciclo de Palestras - A Linguagem Simples no Poder Judiciário - 20/09 a 09/10 - 10h/a</p> <p>Curso Direito Empresarial - 27/09/2023 a 25/10/2023 - 20h/a</p> <p>Curso de Formação Continuada sobre Instrução Probatória no Processo do Trabalho na Interface entre o Analógico e o Digital - 28/08 a 11/10</p> <p>Manejo do Estresse entre Magistrados - 27/10/2023 - 6h/a</p> <p>Palestras "Questões Polêmicas na jurisprudência recente sobre indenizações por acidente de trabalho e doenças ocupacionais" e "O trabalhador não é invisível. Todo acidente de trabalho deve ser notificado" - 06/11/2023 - 4h/a</p> <p>Curso "Recuperação Judicial e falência: Teoria e Prática" - 13 e 14/11/2023 - 8h/a</p> <p>CFC sobre O Direito do Trabalho e as Plataformas Digitais</p> <p>Curso de Conciliação e Mediação (parte prática) - 25/8 a 18/10/23 - Proad 8750/23</p> <p>Congresso Internacional - Os Impactos das Novas Tecnologias no Mundo do Trabalho - EJud 7- 22 a 24/11/23</p> <p>Curso Inteligência Artificial e Direito do Trabalho - 04/12/2023 - 3h30 - Proad 11697</p>
--	--



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	CFC sobre Direito Constitucional do Trabalho – 23/10 a 06/12 – 30h/a – EAD
ALEXANDRE AMARO PEREIRA	CFC sobre Direito Previdenciário aplicado às Relações de Trabalho - PROAD 5266/2023 - 10/05 - 30h/a Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a Curso de Formação de Especialista em Economia do Trabalho para Magistrados e Servidores Públicos Curso de Formação Continuada sobre O Instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução Trabalhista Curso de Formação Continuada sobre Instrução Probatória no Processo do Trabalho na Interface entre o Analógico e o Digital – 28/08 a 11/10 Congresso Internacional – Os Impactos das Novas Tecnologias no Mundo do Trabalho – EJUD 7 – 22 a 24/11/23
ANA PAULA DE CARVALHO SCOLARI	Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a

Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD N° 2291/2024) e SEGEPE (PROAD 2292/2024), os servidores lotados na Unidade correicionada abaixo relacionados estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

Servidores	Descrição - 2023
ALESSANDRA D. P. DE SOUSA	TRT - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS FEMININAS EMPODERA TRT 13 - CAMPINA GRANDE - PB / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CARLOS JOSE DOS SANTOS	FORMAÇÃO DE PERITOS JUDICIAIS: DO CADASTRO A ENTREGA DO LAUDO / INSTITUTO BRASILEIRO DE CONSULTORIA, PERÍCIA, PROJETOS E AVALIAÇÕES LTDA - IBCAPPA
FERNANDA FARIAS WANDERLEY	TRT - AS SEIS COMPETÊNCIAS DO NEGOCIADOR DE EXCELÊNCIA - TURMA CAMPINA GRANDE-PB TRT - FLUXOGRAMA PARADIGMA DE LIQUIDAÇÃO E DE EXECUÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A EFETIVIDADE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR, A LUZ DAS RESOLUÇÕES 303/2019-CNJ - ALTERAÇÃO RES. 482/2022 E 314/2021 - CSJT. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE PRECATÓRIOS -



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>GPREC</p> <p>TRT - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS FEMININAS EMPODERA TRT 13 - CAMPINA GRANDE - PB / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO</p>
JACKSON DA SILVA NASCIMENTO	<p>TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE- REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - TÉCNICAS AVANÇADAS DE EXECUÇÃO TRABALHISTA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE: TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EVENTO NA MODALIDADE TELEPRESENCIAL.</p> <p>TRT - PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR, A LUZ DAS RESOLUÇÕES 303/2019-CNJ - ALTERAÇÃO RES. 482/2022 E 314/2021 - CSJT. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE PRECATÓRIOS - GPREC</p> <p>TRT - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO DO TRABALHO - PALESTRA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - FLUXOGRAMA PARADIGMA DE LIQUIDAÇÃO E DE EXECUÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A EFETIVIDADE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
JERÔNIMO JOSÉ DOS S. NETO	<p>TRT - BEM ESTAR E RELACIONAMENTO S NO TRABALHO A PARTIR DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV) - TURMA 2 /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EVENTO NA MODALIDADE TELEPRESENCIAL.</p> <p>TRT - RECICLAGEM DOS CONCILIADORES: CONCILIAR E MEDIAR NA JUSTIÇA DO TRABALHO - TURMA 2/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: FELICIDADE, ENGAJAMENTO, SATISFAÇÃO E BEM-ESTAR / ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA /CURSO IN COMPANY</p> <p>TRT - PROCESSOS COMUNICATIVOS, RELAÇÕES DE GÊNERO E AMBIENTE DE TRABALHO: O'QUE DIZEM OS HOMENS? - TURMA 2 - CAMPINA GRANDE-PB - OFICINA / SEC. GERAL DA PRESIDÊNCIA</p> <p>TRT - PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR, A LUZ DAS RESOLUÇÕES 303/2019-CNJ - ALTERAÇÃO RES. 482/2022 E 314/2021 - CSJT. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE PRECATÓRIOS - GPREC</p> <p>TRT - OFICINAS DE CAPACITAÇÃO DOS GESTORES DA INSTITUIÇÃO SOBRE SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO, ESPECIFICAMENTE SOBRE OS TEMAS BURNOUT, ANSIEDADE E DEPRESSÃO /EJUD 13 EM PARCERIA COM A CSAUDE</p> <p>TRT - OFICINA: SAÚDE, NUTRIÇÃO E ESTÉTICA / SEGEPE EM PARCERIA COM O SETOR DE PROMOÇÃO DA SAÚDE DA UNIMED JOÃO PESSOA</p> <p>TRT - O USO DAS FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO AUXÍLIO NAS ATIVIDADES LABORAIS / SEGEPE DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - FLUXOGRAMA PARADIGMA DE LIQUIDAÇÃO E DE EXECUÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A EFETIVIDADE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE- REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - DIREITO PREVIDENCIÁRIO APLICADO ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDA</p> <p>TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p>
JOSE ORLANDO DE ASSIS PIRES	<p>TRT - PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR, A LUZ DAS RESOLUÇÕES 303/2019-CNJ - ALTERAÇÃO RES. 482/2022 E 314/2021 - CSJT. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE PRECATÓRIOS - GPREC</p>
JULIANO DOS SANTOS NERI	<p>INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUL/2023) / ENAP</p> <p>TRT - PROGRAMA ACOLHIDA DOS NOVOS SERVIDORES - 2023 / TRT DA 13ª REGIÃO - SEGEPE</p> <p>TRT - PROCESSOS COMUNICATIVOS, RELAÇÕES DE GÊNERO E AMBIENTE DE TRABALHO: OQUE DIZEM OS HOMENS? - TURMA 2 - CAMPINA GRANDE-PB - OFICINA / SEC. GERAL DA PRESIDÊNCIA</p> <p>TRT - PRECEDENTES NO PROCESSO DO TRABALHO /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - PJE-CALC (BÁSICO): FERRAMENTA PARA ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO DO TRABALHO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - FORMAÇÃO INICIAL DOS SERVIDORES RECÉM- EMPOSSADOS DO TRT 13 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE HÍBRIDA</p> <p>TRT - ESTRESSE, QUALIDADE DE VIDA, SOFRIMENTO MENTAL E PREVENÇÃO AO SUICÍDIO - OFICINA EM CAMPINA GRANDE-PB / SAÚDE EM PARCERIA COM A E JUD 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ENCONTRO INSTITUCIONAL: A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL TRABALHISTA, A CULTURA DA PAZ E OS PRECEDENTES JUDICIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUL/2023) / ENAP</p> <p>LEI Nº 8112/90 E SUAS ALTERAÇÕES (TURMA AGO/2023) / ENAP</p> <p>LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) E NOVO REGIME FISCAL (NRF) (TURMA DEZ/2023) /ENAP</p>
LUCIA DE FATIMA CAMPOS	<p>TRT - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS FEMININAS EMPODERA TRT 13 - CAMPINA GRANDE - PB / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO</p>
NORMANDO PRIMO BITU	<p>TRT - RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EVENTO NA MODALIDADE TELEPRESENCIAL.</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 59 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 08 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 (dez) dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

20. RECOMENDAÇÕES

20.1 Recomendações gerais

- a) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, em conformidade com o Ato TRT SCR nº 110/2023;
- b) analisar a possibilidade de aderir à boa prática de inclusão, em pautas de audiências de conciliação do que conclusão para sentença/decisão em ação de Homologação da Transação Extrajudicial, nas ações nos processos em que há pedido para a homologação de transação firmada entre as partes, a exemplo do processo 0000916-53.2022.5.13.0009, ou quando houver pedido de parcelamento da execução (ex: 0000210-58.2023.5.13.0034), a fim de possibilitar a remessa do processo para o “Controle de Acordo”, gerando automaticamente a movimentação de sobrestamento;
- c) quando da necessidade de assinatura de CTPS, verificar a possibilidade de agendar data e hora para comparecimento das partes em Juízo para cumprimento da obrigação, abstendo-se de determinar o depósito de CTPS em Secretaria, nos termos do art. 49 da Consolidação dos Provimentos do TRT13, como ocorrido no processo 0000023-91.2024.5.13.0009;
- d) otimizar os serviços cartoriais com a utilização dos atos ordinatórios elencados no art. 12 da Consolidação dos Provimentos deste Regional;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- e) instruir a equipe a proceder ao cadastro das parcelas dos acordos homologados pelo juízo, inclusive, no que diz respeito às custas processuais e verbas previdenciárias (ex: 000076-09.2023.5.13.0009);
- f) orientar a equipe quanto à necessidade de retificar o registro de parcelas lançadas de forma equivocada ou em duplicidade;
- g) revisar com regularidade a tarefa “Cumprimento de Providências”, a fim de evitar a paralisação indevida de processos nessa tarefa a exemplo dos processos 0000187-56.2024.5.13.0009 e 0000332-15.2024.5.13.0009;
- h) proceder, com regularidade, à análise dos autos, fazendo conclusão aos magistrados dos processos com petições que apresentam comprovante de depósito judicial, evitando o ocorrido no processo 0000153-70.2023.5.13.0024, em que houve a liberação de valores sem determinação judicial nesse sentido;
- i) quando do retorno dos autos da instância superior, orientar a equipe a proceder à imediata conclusão aos magistrados para determinar o levantamento do depósito efetuado com o recurso, em observância ao disposto no § 1º do art. 899 da CLT (0000210-58.2023.5.13.0034);
- j) orientar a equipe a observar o disposto no caput do artigo 179 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, utilizando-se dos GIGs para monitoramento tanto na ação principal como na provisória, a fim de evitar o ocorrido nos processos ATOrd 0000916-53.2022.5.13.0009 e CumPrSe 0001403-86.2023.5.13.0009, atentando à Secretaria, inclusive, para a conversão da execução provisória em definitiva com observância para o registro do lançamento específico no PJe;
- k) evitar a prática de constrição de bens do executado, inclusive bloqueio e penhora *on line*, sem a devida conclusão para decisão específica no PJe - BACEN / BNDT / SIGILO FISCAL / INDISPONIBILIDADE DE BENS, como ocorrido nos processos 0001198-57.2023.5.13.0009 e 0001475-73.2023.5.13.0009;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- l) anexar aos autos a primeira ordem de bloqueio no sistema SISBAJUD (ex: 0000976-89.2023.5.13.0009), selecionando o “Tipo de documento” equivalente e disponível pelo sistema;
- m) orientar a equipe a observar o transcurso do prazo previsto no art. 883-A da CLT (ex: 0001447-08.2023.5.13.0009), atentando, ainda, para o artigo 5º do Ato CGJT nº 001/2022, vez que a inclusão, a alteração e a exclusão de dados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser precedidas de determinação judicial expressa, o que não ocorreu no processo 0000512-65.2023.5.13.0009;
- n) quando da expedição de ofícios RP/RPV no PEC, consignar o prazo para pagamento (ex: 0000218-13.2023.5.13.0009) e, conseqüente, alimentação dessa informação também no sistema GPREC;
- o) observar o estabelecido no art. 7º da Resolução Administrativa 303/2019 do CNJ quando da expedição de ofícios precatórios, que devem ser expedidos individualmente por beneficiário, evitando o ocorrido no processo 0000218-13.2023.5.13.0009;
- p) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional;
- q) orientar a equipe a manter o saneamento dos processos arquivados com saldos em contas judiciais, atentando especialmente para o devido registro no Sistema Garimpo de todas as contas movimentadas;
- r) incentivar a equipe a boa prática de fazer uso do PJe Gestão, startup deste Regional que possibilita a reunião de diversos relatórios na tela inicial do sistema PJe.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora destaca que a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande está empenhada em aprimorar a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

entrega da justiça, buscando alcançar os padrões de eficiência já estabelecidos por outras unidades judiciárias de porte semelhante.

Constata o cumprimento da Meta 2 do CNJ relativa ao exercício de 2023 (107,53%), registrando, por oportuno, que a mesma atuação vem ocorrendo neste ano, especificamente nos meses de janeiro a junho, com o índice de 106,66%, momento em que parabeniza a equipe pelo comprometimento e operosidade na busca de uma prestação jurisdicional célere e efetiva.

Observa, também, com muita satisfação, uma significativa redução no tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDPe), que passou de 940 dias em 2023 para 449 dias neste exercício, de janeiro a junho, o que certamente refletiu no cumprimento da Meta 5 de 2023 do CNJ (142,76%), e no cumprimento parcial da mesma meta neste exercício de 2024, que já vem apresentando o índice de 62,88%, pelo que recomenda à equipe a manutenção do desempenho até o final deste exercício, garantindo a duração razoável do processo.

Destaca a necessidade de atenção ao tempo de duração do processo na fase de conhecimento, considerando que houve um leve aumento no prazo médio, passando de 80 dias em 2023 para 83 dias no atual exercício. Certamente, com ajustes nos procedimentos e nas rotinas da Unidade sob correição, pode-se implementar melhorias significativas para alcançar a Meta 1/2024. No exercício anterior, a meta foi alcançada com um índice de 101,71%, enquanto que atualmente encontra-se em 89,03% (janeiro a junho), reforçando a importância desses ajustes para manter o desempenho satisfatório.

Com preocupação, observa-se que a Meta 3/2023 estabelecida pelo CNJ não foi alcançada, registrando um índice de 61,15%. No atual exercício, de janeiro a junho, o índice já vem apresentando uma melhoria, alcançando 85,84%. Diante disso, recomenda-se enfaticamente à equipe que redobre os esforços para alcançar essa meta até o final deste ano.

A Corregedoria registra, com prazer, a participação do Juiz titular e do Juiz substituto no ano de 2023 em curso voltado à conciliação, mediação e à



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

efetivação da execução, assim como em cursos de formação continuada. Destaca-se, portanto, a importância da capacitação contínua dos servidores em áreas específicas que promovem a eficiência da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, conforme estabelecido no Ato TRT SCR nº 110/2023.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Ozanete Gondim Guedes Pereira, secretária da Corregedoria, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações, consoante art. 7º do Ato TRT SCR nº 110/2023. A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

HERMINEGILDA LEITE MACHADO

Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS EM CORREIÇÃO

0000420-53.2024.5.13.0009	0000251-66.2024.5.13.0009
0001393-42.2023.5.13.0009	0000424-27.2023.5.13.0009
0001397-79.2023.5.13.0009	0001059-08.2023.5.13.0009
0000892-88.2023.5.13.0009	0000328-12.2023.5.13.0009
0000124-31.2024.5.13.0009	0000923-11.2023.5.13.0009
0000319-16.2024.5.13.0009	0001232-32.2023.5.13.0009
0001440-16.2023.5.13.0009	0001303-34.2023.5.13.0009
0000444-18.2023.5.13.0009	0000051-59.2024.5.13.0009
0000645-10.2023.5.13.0009	0000316-61.2024.5.13.0009
0000500-17.2024.5.13.0009	0000221-65.2023.5.13.0009
0000083-64.2024.5.13.0009	0001347-53.2023.5.13.0009
0000090-56.2024.5.13.0009	0000526-15.2024.5.13.0009
0000962-08.2023.5.13.0009	0000553-95.2024.5.13.0009
0000887-03.2022.5.13.0009	0000446-51.2024.5.13.0009
0000207-47.2024.5.13.0009	0000539-14.2024.5.13.0009
0000394-55.2024.5.13.0009	0000541-81.2024.5.13.0009
0000845-17.2023.5.13.0009	0000527-97.2024.5.13.0009
0000971-22.2023.5.13.0009	

VISTOS EM CORREIÇÃO COM RECOMENDAÇÃO EM ATA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000976-89.2023.5.13.0009	0001456-67.2023.5.13.0009
0000630-41.2023.5.13.0009	0000332-15.2024.5.13.0009
0000023-91.2024.5.13.0009	0001447-08.2023.5.13.0009
0001198-57.2023.5.13.0009	0000784-81.2023.5.13.0034
0000916-53.2022.5.13.0009	0001313-78.2023.5.13.0009
000076-09.2023.5.13.0009	0000336-86.2023.5.13.0009
0000153-70.2023.5.13.0024	0001428-02.2023.5.13.0009
0000187-56.2024.5.13.0009	0000210-58.2023.5.13.0034

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000077-91.2023.5.13.0009
0001475-73.2023.5.13.0009
0000015-85.2022.5.13.0009
0000512-65.2023.5.13.0009
0001029-70.2023.5.13.0009
0000943-02.2023.5.13.0009
0000528-19.2023.5.13.0009
0001475-73.2023.5.13.0009



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL
